

## EDUCAÇÃO, INTELLECTUALIDADE E DESENVOLVIMENTO NA NOVA CHINA: BREVE APRESENTAÇÃO HISTÓRICA

### EDUCATION, INTELLECTUALITY AND DEVELOPMENT IN THE NEW CHINA: A BRIEF HISTORICAL PRESENTATION

#### PALAVRAS-CHAVE:

China; Desenvolvimento;  
Educação;  
Reforma Política;  
Reforma Econômica

#### KEYWORDS:

China;  
Development;  
Education;  
Political Reform;  
Economic Reform

#### RESUMO

Este artigo busca apresentar um apanhado histórico demonstrativo sobre como a educação, foi se consolidando a partir dos eventos que culminaram na formação da República Popular da China, identificando impasses, estratégias políticas e desafios que o governo e a população atravessaram. A maneira como os planos governamentais influenciaram culturalmente e impactaram a China nesses importantes componentes sociais ajudam a explicar muitos acontecimentos marcantes do período como o Grande Salto Adiante e o Novo Quatro de Maio. O estudo elaborado também aponta mudanças de paradigma que impactaram os intelectuais e a ligação direta que isso teve no sistema educacional do período. A partir deste cenário, é possível evidenciar um distanciamento em relação às características antigas que conhecemos da China.

#### ABSTRACT

This article presents a demonstrative historical overview of how education was consolidated from the events that ended in the establishment of the People's Republic of China, identifying issues, political strategies and challenges that the government and the population went through. The way which government plans culturally influenced and impacted China on these important social components helps to explain many landmark events of the period such as the Great Leap Forward and the New Fourth of May. This study also points out paradigm shifts that impacted intellectuals and the direct connection that this had in the educational system in that period. From this scenario, it is possible to show some distancing from the ancient China characteristics that we know of.

## INTRODUÇÃO

A educação é um forte componente da cultura chinesa. Clássicos como Confúcio, Mêncio e Lao Tsé ainda hoje exercem grande influência na China, não só pelos ensinamentos morais, mas também por uma ética fundamentada na disciplina e no estudo. Nem mesmo o forte componente igualitário, introduzido no país pela Revolução liderada por Mao Tsé-Tung (毛泽东), conseguiu reverter esta permanência cultural. A China pode ser considerada o Estado mais longevo da humanidade, já que apenas o período imperial perdurou por dois milênios (221 a.C – 1911 d.C), até que em 1912 uma revolução nacionalista instaurou a República da China.

Após um século (XVIII) de sucesso para os chineses, o século XIX foi marcado pela desintegração da Dinastia Qing por conta de várias crises internas e externas. A chegada das potências imperialistas do Ocidente, que exigiam que a China se abrisse para o comércio internacional, e as graves tensões internas (rápido aumento da população, dificuldade em cobrar impostos) desencadearam o colapso do período Qing.

O imperialismo europeu teve maior impacto por causa da venda de ópio pelos britânicos, que encontraram um grande mercado consumidor na China. Como possuía grande popularidade e poder de se tornar vício entre os chineses, o governo chinês proibiu a venda de ópio e destruiu uma carga do produto no porto de Cantão (广州), o que foi o estopim para o início da Primeira Guerra do Ópio (1839-1842). O governo Qing foi derrotado e forçado pelos vencedores britânicos a assinar diversos tratados que cediam controle de algumas partes de seu território para os estrangeiros.

As seguintes tentativas de recuperação da Dinastia Qing foram frustradas com outros conflitos seguintes como a Rebelião Taiping (太平) (1851-1864), a Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) e a Revolta dos Boxers (1899-1901). A chamada primeira Guerra Sino-Japonesa foi um marco na história da China que, além de fortalecer um sentimento antijaponês entre os nacionais chineses, também levou os próprios funcionários imperiais a questionarem os rumos e políticas do Império até então. A abolição do sistema de concursos imperiais e a imposição de tarifas favoráveis às potências estrangeiras trouxeram grande descontentamento social e uma crise econômica da qual o governo não conseguiu se recuperar. Insatisfeitos com a influência estrangeira e a falta de sucesso das tentativas de recuperação da Dinastia Qing, vários grupos de chineses em diversas províncias assumiram o governo local e declararam independência em relação ao governo Qing. No início de 1912, o último imperador, Puyi (溥儀), de seis anos de idade, abdicou. Foi declarada então a República da China.

Durante o período republicano, a autoridade central oscilava entre diversos poderes que permaneceram em conflito. Diferentes autoridades dominaram regiões da China em determinadas épocas. O período dos Senhores da Guerra (1915-1928), a Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945), e a Guerra Civil Chinesa (1927-1949) marcaram a fase de instabilidade política e serviram como base para o surgimento e crescimento do Partido Comunista, culminando em 1949 no estabelecimento da República Popular da China.

Após o período de decadência da Dinastia Qing, a instauração da república em 1912 era a esperança dos chineses de sair da crise econômica, política e social em que estavam. O presidente provisório Sun Yat-sen (孙中山), fundador do Guomindang (国民党) foi procedido por Yuan Shikai (袁世凯), que tentou transformar novamente a China em um império. Primeiramente por conta da oposição aos planos do presidente Yuan, e posteriormente renovada com a exis-

tência dos “senhores da guerra” (que representavam forças militares regionais e recebiam apoio político, econômico e armamentista das potências ocidentais), teve início um período de guerras civis na China que durou de 1914 a 1928 e fragmentou o país.

A China só foi unificada novamente anos depois pelo Partido Nacionalista Chinês, mais conhecido como *Guomindang* ou *Kuomintang* (国民党), sob a liderança de Chiang Kai-shek (蔣介石). Durante esses anos de fragmentação, o país passou pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), por um momento de efervescência de movimentos estudantis, e pela fundação do Partido Comunista Chinês (1921). Os resultados da Primeira Guerra Mundial causaram um sentimento de humilhação nacional e revolta dos estudantes contra o Tratado de Versalhes, já que, mesmo tendo participado ao lado dos vencedores da guerra, os Aliados, no tratado foi estipulado que as concessões alemãs na China fossem transferidas para o Japão. Isso desencadeou o movimento de 4 de Maio de 1919, iniciado por estudantes da Universidade de Pequim (北京大学) que protestavam contra a assinatura do Tratado e seguido nacionalmente pela população indignada. Tal evento assumiu importância transcendental para as décadas seguintes, pois ali se encontrava o germe do reerguimento do povo chinês e a consciência nacional que iria motivar o longo período de lutas e resistências entre 1927 e 1949.

O Movimento de 4 de Maio de 1919 se iniciou por volta de 1915 como um movimento literário, cultural e intelectual, mas que posteriormente ganhou caráter de revolução social e política. Tsang (1968) considera que o Partido Comunista teve suas origens durante esse movimento, quando Mao Tse-Tung (毛泽东) já trabalhava como assistente de biblioteca na Universidade de Pequim e teve seu contato com textos marxistas e sobre a Revolução Russa, escritos por seu superior Li Ta-chao (李大釗), considerado por Mao o grande pensador marxista chinês. Ainda segundo o autor, foi um movimento do liberalismo, apenas. A criação do Partido Comunista Chinês foi um pequeno evento, em 1921, com a presença de um grupo de trinta delegados, representando o total de 59 membros, constituindo o primeiro congresso do partido, em Shanghai. Foi considerado insignificante pelos não comunistas da época, mas considerando que 28 anos depois de sua fundação o Partido instaurou a República Popular da China, é um fato da China contemporânea que merece atenção (TSANG 1968: 23).

De 1927 a 1949 a China passou por um período de grande turbulência durante o controle do Partido Nacionalista Chinês. O período foi iniciado com Chiang Kai-shek no poder, após capturar Pequim e estabelecer Nanjing como a capital de seu governo. Em 1927 teve início a guerra civil com os comunistas e, em 1931, o Japão ampliou a ocupação de vastas áreas do território chinês levando à guerra que somente foi concluída em 1945. Durante quatro anos, nacionalistas e comunistas retomaram a guerra civil. Vale lembrar que nacionalistas e comunistas cooperaram entre si durante a invasão japonesa (1937-1945), mas assim que a vitória se aproximou, começaram a planejar o futuro de seus partidos para o pós-guerra. Em 1949, a capital foi dominada pelos comunistas e o governo nacionalista foi exilado em Taiwan. Para Tsang (1968), o período de quatro anos entre o fim da invasão japonesa (1945) e a criação da República Popular da China (1949) foi o prelúdio para que o regime comunista, durante a invasão, desenvolvesse táticas de guerrilha para recuperar os territórios ocupados pelos japoneses, além de implementar políticas socialistas, como em Yan'an, na província de Shaanxi, onde eram ensaiadas as experiências que posteriormente seriam aplicadas em todo o país.

Exclusivamente do ponto de vistas da educação, este período de duas dé-

cadadas de regime nacionalista, apesar das turbulências, foi de nacionalização do sistema. Com a autoridade centralizada no Governo Nacional, o sistema educacional, do ensino infantil ao ensino superior, foi uniformizado. Para Chiang Kai-Shek, a “ciência” seria “uma força que poderia transformar o país em um Estado poderoso e independente” (MITTER 2011: 51). As escolas particulares deveriam ser devidamente registradas junto ao governo e as escolas e universidades autônomas deveriam também ter um chefe executivo de nacionalidade chinesa.

Nesse período, segundo Hu (1962), as reformas educacionais chegaram tarde demais e foram pequenas demais. O processo de modernização da educação chinesa produziu apenas um pequeno grupo de especialistas que não participavam das massas e não exerciam influência suficiente na política ou na sociedade (HU 1962: 24).

Nos territórios comunistas da China, no mesmo período, outras condições educacionais estavam em progresso e, apesar de serem áreas minoritárias e menos estáveis, possuíam seus próprios sistemas governamental e educacional, que foram o embrião dos sistemas administrativo e educacional do início da República Popular da China (TSANG 1968).

De acordo com Tsang (2000), para entender os objetivos do desenvolvimento educacional na China, é necessário entender as perspectivas sobre desenvolvimento do Partido Comunista Chinês ao longo do tempo. O PCCh manteve o controle do Estado chinês nas últimas seis décadas e alguns pesquisadores frequentemente dividem os comunistas líderes do partido entre radicais e moderados (ou conservadores e reformistas, mais recentemente), e seus objetivos diferem justamente no que tange o desenvolvimento nacional e suas políticas para a educação (TSANG 2000).

Liderados por Mao Tse-Tung, os radicais buscavam o crescimento da consciência política, a devoção ideológica ao comunismo e a liberdade humana como os principais pontos a serem desenvolvidos no povo chinês. O desenvolvimento nacional seria caracterizado pela contínua luta de classes, a revolução como transformadora social das relações de produção, e a ideologia e política comunistas como o coração da vida social. Como uma parte da superestrutura da sociedade, a educação desempenharia papel-chave no desenvolvimento político e ideológico do povo chinês, e o sistema educacional seria o veículo para promover a igualdade social e atingir os objetivos sociais (TSANG 2000). Como instrumento do desenvolvimento de uma China em constante mudança, a educação e o sistema educacional chinês foram sendo modificados para estarem propícios a educarem indivíduos adequados às mais diversas conjunturas nacionais.

Por outro lado, os moderados liderados por Liu Shaoqi (刘少奇) e Deng Xiaoping (邓小平), estariam focados na melhoria material e moral da vida do povo chinês, o que será tratado na terceira seção deste artigo. As principais características do sistema educacional e as mudanças ocorridas durante as três primeiras décadas do governo comunista serão abordadas nas próximas duas seções.

## A ESTRATÉGIA MAOÍSTA DE EDUCAÇÃO DE MASSAS APÓS A CRIAÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Os primeiros anos da República Popular da China foram voltados para

a recuperação da economia chinesa, devastada durante a última guerra civil. O país estava sem indústrias, ferrovias e rodovias, colheita, e milhões de chineses estavam desempregados. (POMAR 2003: 83).

Com a Lei de Reforma Agrária (1950), cerca de 50% das terras cultivadas foram distribuídas entre milhões de camponeses. Nas cidades, o governo comunista confiscou as propriedades estrangeiras e o capital burocrático, transformando-os em propriedade estatal (POMAR 2003: 85). Com a maior parcela da indústria e do comércio pertencendo aos capitalistas, o Estado chinês se aliou às economias capitalistas e individuais para desenvolver a economia estatal e coletiva. O objetivo, entretanto, era livrar-se dessa necessidade de conviver com o capitalismo por um longo período (POMAR 2003: 87). O primeiro Plano Quinquenal teve início em 1953 e marcou o processo de industrialização da economia, quando o governo investiu em larga escala na construção de infraestrutura e indústrias. Segundo Pomar, os “recursos para esses investimentos foram basicamente arrancados da agricultura, por meio de impostos, utilização dos fundos de acumulação das cooperativas e emprego das jornadas voluntárias de trabalho” (POMAR 2003: 90). A renda camponesa caiu, mas a fome endêmica e as massas miseráveis deixaram de ser presença na sociedade chinesa.

A rápida transformação ocorrida no regime de propriedade, de privada para estatal, e das relações de trabalho, com o ingresso de 97% de trabalhadores em cooperativas (POMAR, 2003: 91), que eram menos avançadas que as forças produtivas, geraram grandes críticas ao governo socialista. Mao Tse-Tung e o PCCh reconheceram que o problema estava no tratamento dos problemas do povo e na má utilização da capacidade técnica e científica dos intelectuais. Como solução, deflagraram o Movimento das Cem Flores (百花齐放), em 1956, para que “cem flores florescessem, cem escolas competissem”, ou seja, para que os intelectuais colocassem toda sua capacidade de pensamento a serviço da construção socialista. Entretanto, o movimento abriu portas para críticas ao governo socialista maiores das que foram previstas, e “obrigaram os comunistas a contra-atacar e sustar o florescimento das Cem Flores” (POMAR 2003: 93).

Para tornar a produção autossuficiente, e tentar romper relações produtivas com a URSS após divergências ideológicas, Mao propôs o Grande Salto Adiante (大跃进), focando na produção de aço, carvão e eletricidade (MITTER 2011: 65). O plano seguia a premissa de que a vontade política e o marxismo científico produziriam um milagre econômico que não seria possível no capitalismo. Ele produziu grande entusiasmo no país, e os chineses participavam de campanhas de massa que eram econômicas, culturais e artísticas. Entretanto, o Grande Salto foi um fracasso e dezenas de milhões morreram de fome com o colapso da agricultura em 1960. Houve, então, um retorno a um modelo econômico mais pragmático na agricultura e na indústria quando o plano acabou em 1962.

Segundo Priestley, a educação comunista servia à revolução e era, em si mesma, o mais poderoso instrumento revolucionário dos políticos e dos engenheiros sociais, também não era estática e por isso era vista pelo Ocidente como errática (PRIESTLEY 1971: 105). Uma das características mais marcantes para um observador ocidental seria a rapidez com que as mudanças educacionais foram postas em práticas, desde sua decisão até a ação. Priestley atribui essas características a dois fatores: primeiro, que o Governo chinês não era prejudicado por nenhuma teoria ou prática do Legislativo e do Executivo, que poderiam dividir as decisões; segundo, que as decisões das províncias estavam ligadas às decisões de um único Partido (PRIESTLEY 1971: 107).

Entre as principais mudanças que ocorreram no sistema educacional

para atingir os objetivos do Estado estavam a construção de um sistema nacional de educação, a nacionalização das instituições de ensino, o planejamento e financiamento centralizado, e a política de popularizar a “língua comum” (o Mandarim, ou *putonghua* 普通话). O Mandarim já era considerado o dialeto mais falado, mas em 1952 os caracteres mais complicados foram simplificados para facilitar a aprendizagem. Na educação primária, as medidas foram no sentido de universalizar o ensino primário, baseando-se na política de “andar em duas pernas” com investimento governamental e não governamental na educação, empregando diferentes tipos de escolas, construindo uma qualificada força de professores e desenvolvendo uma revisão do currículo primário entre 1952 e 1955. Para a educação secundária, as medidas foram tomadas para melhorar a qualidade e diversificar o currículo, com a expansão das escolas secundárias e a reconstrução de escolas técnicas e de qualificação profissional (1953-1957). Na educação superior, foi desenvolvido um novo modelo educacional nacionalizando e reconstruindo as instituições fundadas antes de 1949, adotando o modelo soviético de ensino superior, a centralização da administração e financiamento, e o envio de estudantes para intercâmbios nas universidades da União Soviética (TSANG 2000).

Um segundo período, de 1958 a 1965, foi iniciado pelo Grande Salto Adiante, que resultou em crise econômica, fome e rompimento de relações com a URSS, e durou até o ajustamento da economia, com Deng Xiaoping e Liu Shaoqi propondo medidas econômicas e sociais mais pragmáticas. As políticas educacionais adotadas pelo PCCh no período foram: a educação a serviço da classe proletária; a educação combinada com o trabalho manual; ênfase na educação política e ideológica focada nas teorias de Marx e Lênin, tanto para alunos como para professores; e o esforço para erradicar o analfabetismo entre os adultos. Na educação secundária, a reforma foi baseada na expansão de escolas agrícolas e na inserção de trabalho manual nas escolas urbanas. Houve uma grande expansão e mudança no ensino superior quando, em 1958, foi estipulado que dentro de 15 anos todo jovem e adulto qualificado teria acesso a uma universidade. O número de instituições passou de 229 para 1289 (TSANG 2000) com a política do “andar em duas pernas”, a teoria foi reduzida e a prática do trabalho manual e atividades sociais foram adicionadas aos currículos.

Na campanha para alfabetização de 1958, foi introduzido um novo método de aprendizagem, que era o *hanyu pinyin* (汉语拼音), uma transcrição fonética dos ideogramas que facilitou a aprendizagem dos básicos requeridos para a alfabetização. Segundo Price (1975), o método do pinyin aumentou grandemente a taxa de aprendizagem e alfabetização, principalmente dos camponeses, que não dispunham de tempo livre para a educação.

Zhou Enlai (周恩来) introduziu as reformas e apontou que o objetivo era deixar mais fácil para a população aprender a ler os ideogramas, e não os substituir pelo *hanyu pinyin*. Era esperado que o uso do novo método ajudasse a popularizar a língua nacional (Mandarim) (PRICE 1975). O método teve sucesso, ao facilitar a alfabetização e diminuir drasticamente a taxa de analfabetismo ao longo dos anos seguintes na China e atualmente ainda é utilizado para o ensino de Mandarim para os chineses e, principalmente, para os estrangeiros.

Para Hu (1962), três conceitos básicos do materialismo dialético que foram interpretados pelos comunistas chineses serviram de base ideológica para a educação das primeiras décadas do comunismo no país. Seriam eles: a classificação do pensamento humano, com a dialética e a metafísica se opondo; o conhecimento teórico a partir da prática; e, por último, o caráter classista da educação e da cultura. Segundo Mao, uma nova cultura democrática deveria ser

liderada pela ideologia proletária, do comunismo, não podendo ser liderada por nenhuma outra classe (MAO, 1954, apud HU 1962).

Mesmo com o insucesso anterior do Grande Salto Adiante, Mao continuou entusiasmado com o sucesso ideológico e a renovação revolucionária, mas com medo de que a economia chinesa sofresse maior influência burguesa. Como maneira de conter essa possibilidade e de renovar o espírito revolucionário nas massas, iniciou a campanha da Revolução Cultural (文化大革命) em 1966, na qual atacou o próprio partido. O período da Revolução Cultural, suas características e consequências para a educação serão tratados na seção seguinte.

## AS VICISSITUDES DA REVOLUÇÃO CULTURAL SOBRE O SISTEMA DE EDUCAÇÃO

A Revolução Cultural, iniciada em 1966, idealizada por Mao e pela “Gangue dos Quatro” (四人帮), não foi apenas uma luta pelo poder entre os líderes do Partido Comunista, mas o reflexo de um tipo particular de modernidade, mais que um movimento ideológico. Segundo o início da Decisão sobre a Grande Revolução Cultural Proletária (ou Os Dezesseis Pontos), de 8 de agosto de 1966, “a Grande Revolução Cultural Proletária que ora se desenrola é uma grande revolução que atinge as próprias almas das pessoas” (MITTER 2011: p. 69).

Segundo Wheelwright e McFarlane (1972), o termo “cultural” é usado para tratar da Revolução de 1966 em um sentido muito amplo e relacionado com a definição de cultura para os chineses, formada por ideias tradicionais (adquiridas e selecionadas durante a história) e valores que estão associados a elas. Os jovens que foram encorajados a se levantar contra os valores tradicionais se tornaram os Guardas Vermelhos (红卫兵) e seguiram o “chamado” da revolução. Ela foi realizada com a intenção de reorganizar a “sociedade chinesa para que se tornasse um agrupamento de cidadãos renovados e autoconscientes, finalmente livres dos grilhões do passado” (MITTER 2011: 70). Os Guardas Vermelhos não se constrangiam a admitir que suas táticas eram violentas, como é visível em um de seus discursos:

Hoje vamos espalhar o Terror Vermelho e amanhã vamos espalhar o Terror Vermelho. Enquanto houver situações que não estão de acordo com o pensamento de Mao Zedong, devemos nos rebelar e espalhar o Terror Vermelho! (apud MITTER 2011: 70)

Segundo Mitter, foi um movimento moderno, genuinamente de massa, que conquistou os jovens pela sensação de poder de transformação. Também era anti-intelectual e xenófobo, visto que condenavam os que eram “especialistas” e acusando qualquer um que tivesse conexões com o exterior, até mesmo com a União Soviética (MITTER 2011). O caos e a violência aumentaram no outono e inverno de 1966, quando as escolas e universidades foram fechadas para que os estudantes pudessem se dedicar inteiramente à revolução (SPENCE 2001; TSANG 1968). O “Pequeno livro vermelho” (红宝书), publicado por Lin Biao (林彪) com citações do presidente Mao para ser usado pelo exército, foi reimpresso em milhões de exemplares para serem usados pelos estudantes. Eles eram encorajados a destruir “Quatro tradições” (四旧) – os costumes antigos, os hábitos antigos, a cultura antiga e o pensamento antigo –, e nesse processo muitos templos antigos, construções e obras de arte foram danificadas ou destruídas no país.

Os Guardas Vermelhos também aterrorizaram milhões de chineses entre 1966 e 1968, tendo como alvo principalmente os intelectuais, que eram agredidos, cometeram suicídio por conta da perseguição, morreram por ferimentos, foram presos ou enviados para trabalhar no campo para se reeducarem trabalhando com os camponeses (SPENCE 2001).

Para Amaral, a Revolução foi bem sucedida do ponto de vista político, já que garantiu o retorno de Mao às decisões do Partido, mas não atingiu seus objetivos ideológicos, pois “reforçou a proeminência da estrutura do Partido sobre o Estado e sobre as massas organizadas” (AMARAL 2010: 21)

Após uma primeira fase com fechamento de universidades e escolas, uma reforma educacional foi iniciada. Entre os elementos principais da reforma estavam: o aperfeiçoamento da administração das universidades e escolas, diminuindo a burocracia; todos ingressantes de universidades deveriam ser originários das classes trabalhadoras ou dos camponeses pobres; a educação deveria ser técnica, prática e útil, relegando menor importância às humanidades e teorias puras; toda educação deveria estar ligada à prática laboral; os estudantes deveriam regressar às áreas rurais por períodos prolongados (WHEELWRIGHT; MCFARLANE 1972). Essa última reduziria a intensidade de debates políticos e intelectuais nas cidades, onde estava a maior concentração de Guardas Vermelhos, e permitiria o processo de utilização da teoria e prática com o trabalho no campo.

De acordo com a análise de Tsang (2000), houve uma reorientação dos objetivos e dos métodos educacionais durante a Revolução Cultural. Ocorreu a retomada de foco da educação política e ideológica; abordagem educacional baseada na combinação de teoria e prática, estudo e trabalho manual; envio de jovens já formados para o campo, onde seriam reeducados; ruptura nos exames nacionais para ingresso na universidade e proibição do ingresso de estudantes de graduação e pós-graduação por vários anos; início da admissão de estudantes advindos da classe trabalhadora e do campo em 1970, para reformar as universidades; plano para consolidar, fechar e reconstruir 106 das 417 instituições de ensino superior (TSANG 2000: 6). Também houve o fechamento de várias escolas vocacionais e técnicas, para diminuir a diversidade e a “vocacionalização” da educação, e o cancelamento de admissões nas escolas de treinamento para professores do ensino secundário, entre 1966 e 1971.

De acordo com Meng e Zhao (2013), as interrupções que ocorreram no sistema educacional no período da Revolução Cultural afetaram toda uma geração, que na época eram os estudantes, e ocorreram de formas variadas durante os anos e as cidades. Para a reforma esperada pelo Partido, nos primeiros anos da revolução, entre 1966 e 1968, todas as escolas urbanas na China foram fechadas, incluindo as universidades. As escolas primárias foram sendo reabertas entre 1968 e 1969, mas as escolas secundárias só foram normalizadas em 1972. Em 1970, algumas universidades começaram a admitir novos estudantes, mas em pequenos números, o tempo de estudos foi reduzido para 2 ou 3 anos e a qualidade da educação foi comprometida (MENG; ZHAO 2013: 6). Durante o período em que as escolas primárias e secundárias permaneceram fechadas, as crianças e os jovens perderam alguns anos de estudos, já que, ao serem reabertas as escolas, os estudantes voltaram aos estudos e eram admitidos nos níveis seguintes de educação mesmo não tendo finalizado os anteriores (recebiam os diplomas mesmo sem terem cursado todos os anos). O impacto das interrupções nas escolas foi além de os estudantes perderem anos de estudo, pois não estavam aptos a entrarem nas universidades por conta da defasagem que sofreram no ensino, o que atrasou toda uma geração no ensino superior (MENG; GREGORY

2002).

Segundo Han, Suen e Zhang (2009) houve também impacto na qualificação de mão-de-obra e na quantidade de indivíduos graduados após esse período. Com o período seguinte de Reforma e Abertura (改革开放), a preocupação do governo chinês e dos próprios indivíduos foi investir na educação para recuperar a qualificação da população que foi comprometida. (HAN; SUEN; ZHANG 2009). Este processo de reforma da economia e da sociedade chinesa será tratado nas seções seguintes.

## **GAIGE KAIFANG: O PROCESSO DE REFORMA E ABERTURA E SEU IMPACTO NA ESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL DA CHINA**

Em 1972, houve uma reaproximação com o Ocidente quando o presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, visitou a China e o governo assinou tratados com nações ocidentais. Para garantir que a Revolução Cultural não fosse afetada pelo Ocidente, Mao lançou uma nova campanha “Anti-Lin Biao” e “Anti-Confúcio”, para manter a sociedade chinesa sob a ideologia marxista (SPENCE 2001). Já em 1974, os dois líderes com mais poder no Partido, Zhou Enlai e Mao Tse-tung, estavam cronicamente doentes e impossibilitados de governar efetivamente, e a Gangue dos Quatro liderada por Jiang Qing (江青), esposa de Mao, iniciou um conflito de poder com a seção mais moderada do Partido, em que estava Deng Xiaoping.

Zhou Enlai morreu em janeiro de 1976, fato que levou milhares de chineses à Praça Tian’anmen (天安门广场) para homenageá-lo como uma força moderada que colocou o bem-estar social em primeiro lugar. Em setembro de 1976, o líder Mao Tse-tung faleceu, deixando o povo chinês em um longo período de luto e tristeza – mas não se manifestaram, como aconteceu com Zhou Enlai. O segundo no comando do Partido Comunista, Hua Guofeng (华国锋), tomou o poder e prendeu a Gangue dos Quatro, líderes remanescentes da Revolução Cultural. Eles foram acusados de vários crimes, incluindo a culpa pelos erros ocorridos na Revolução Cultural contra a vontade de Mao. Para muitos, a prisão da Gangue dos Quatro é considerada o marco final da Revolução Cultural (SPENCE 2001). Em dezembro de 1978, os líderes do Partido proclamaram que a China agora iria progredir para a “modernização do socialismo”, o que significava em prática a abertura para o Ocidente.

Deng Xiaoping (邓小平) assumiu a liderança do país em 1979, governando em direção à liberdade econômica e ao fortalecimento dos laços com o exterior. Tomou como lema pessoal o slogan “Procure a verdade dos fatos” para indicar que sentia que as verdades e os fatos estiveram ausentes na política chinesa durante a Revolução Cultural (MITTER 2011: 72). De acordo com Pomar:

Antes de realizarem mudanças de rumo no início dos anos 80, os comunistas chegaram a um acordo sobre a necessidade de reavaliar sua economia e a história de trinta anos de República Popular, como condição para definir seu projeto de modernização futura. Inicialmente, reconheceram que, apesar de todos os avanços, a China ainda era um dos países mais pobres do mundo, por haver partido de um atraso histórico profundo. Suas forças científicas, tecnológicas e educacionais estavam vinte a trinta anos atrás dos países desenvolvidos. Enquanto os EUA possuíam 1,2 milhão de pesquisadores científicos e a União Soviética novecentos mil, a

China só possuía duzentos mil. Teriam que modernizar-se a partir de uma base fraca. (POMAR 2003: 106)

Reconheceu que algumas ideologias da Revolução estavam sendo nocivas economicamente para a China, como a xenofobia e o “anti-intelectualismo”. Inspirou Hua Guofeng a instaurar as “Quatro Modernizações” (四个现代化), em 1978, lema político formulado por Mao e Zhou Enlai, mas não praticado durante a Revolução Cultural, que estipulava as tarefas do Partido no sentido de colocar o país no caminho correto da agricultura, indústria, segurança nacional e ciência e tecnologia (MITTER, 2011). Muitas ideias de Mao foram abandonadas para que esses objetivos fossem atingidos, sendo a primeira medida o desmonte, ao longo do tempo, de fazendas agrícolas coletivas que haviam sido instituídas no governo maoísta.

Uma nova “era das reformas” (período após 1978), nomeada em Mandarim de *Gaige Kaifang* (改革开放) – reforma e abertura – estava se iniciando sob a liderança de Deng Xiaoping. A igualdade econômica passou a não ser mais a meta do governo, e como parte do estímulo ao empreendedorismo Deng aboliu as comunas populares e instaurou a responsabilidade familiar na agricultura, além de designar quatro áreas na costa da China como Zonas Econômicas Especiais (ZEE), que seriam atraentes aos investidores estrangeiros, acabando com a busca de autossuficiência econômica que marcou a economia no período do governo de Mao:

A rigor, o processo de abertura da China ao exterior teve início nos primeiros anos de 1970, mas foi a partir de 1979 que ela deu um passo decisivo para a recepção de investimentos estrangeiros e novas tecnologias, com a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEE) e dos Portos Abertos. (POMAR 2003: 116)

A primeira modernização da política das “Quatro Modernizações” era a da indústria, que passou a ser caracterizada pela abertura ao investimento estrangeiro com participação do Estado chinês, parcerias chamadas de *joint ventures*, na região das ZEEs, visando ao aumento da exportação de bens de consumo duráveis e à construção de obras públicas de infraestrutura, como é o caso da usina hidrelétrica das Três Gargantas (三峡) (MAO Jr.; SECCO 1998).

Na agricultura, como segunda modernização, o governo suprimiu o princípio das comunas populares e formou pequenas propriedades camponesas, o que permitiu aos camponeses plantar e vender parte da produção no mercado livre, o que ajudou no crescimento da produção de alimentos e promoveu a estabilidade no campo com o passar dos anos.

Outra preocupação, a defesa (terceira modernização) foi tratada pelo Partido a fim de garantir a integridade de seu território, e medidas como a assinatura de acordos de fronteiras com seus vizinhos e a diminuição de seu quadro de militares foram tomadas, mas continuaram a desenvolver equipamentos militares realizando alguns testes nucleares (MAO Jr.; SECCO 1998).

A quarta modernização começou a ser desenvolvida já no início da década de 80, quando uma nova geração de chineses começou a estudar e estabelecer negócios no exterior, e o país passou a receber muitos turistas e estudantes estrangeiros. Os sinais de abertura econômica eram claros, mas na política ainda havia grande controle na abertura, e alguns líderes do Partido condenavam influências capitalistas como nocivas à sociedade (MITTER 2011).

As reformas foram gradativas e variaram de acordo com períodos, baseados

em um relatório de Deng Xiaoping de 1975. De 1978 a 1984, foi priorizada a reestruturação da propriedade no campo, abandonando as antigas comunas, e a criação das ZEEs; de 1984 a 1988, foi implementado um sistema misto, no qual coexistiriam o planejamento central e o mercado, as empresas estatais foram reestruturadas, ganharam autonomia e as cidades foram privilegiadas; de 1988 a 1991, o governo desacelerou o ritmo das reformas e reforçou o discurso político e ideológico por problemas de corrupção, tráfico de influência e as manifestações na Praça Tian'anmen; de 1992 a 2002, após Deng visitar o sul da China, houve um novo surto de reformas, com o termo “economia socialista de mercado” sendo usado para se referir à nova política econômica, e outra reestruturação das empresas estatais, sob o lema de “reter as grandes, soltar as pequenas” (SHANGQUAN; FULIN, 1995 apud PIRES 2013: 72-75).

Tsang (2000) relata que houve uma reforma dentro do Partido, visando a reforçar sua legitimidade, reconhecendo os erros cometidos anteriormente, reabilitando os membros mais de direita que haviam sido expulsos e garantindo a aposentadoria para os membros mais velhos.

O grupo que mais se beneficiou com as reformas foi o dos intelectuais, incluindo tanto os acadêmicos quanto os estudantes e pensadores. A educação, então, passou a ser estimulada, com o esforço do governo em melhorar a infraestrutura científica e tecnológica. Segundo Pomar, os comunistas constataram que

[...] teriam que mudar a errônea falta de respeito aos intelectuais, sem o que não seria possível desenvolver a ciência e a tecnologia, nem dar à educação, como chave da modernização, a atenção necessária. Teriam, ainda, que mudar o sistema de liderança, acabando com a concentração de poderes e distinguindo entre as possibilidades do partido e do governo, para evitar que o primeiro substituísse o segundo, o que exigia o fim da vitaliciedade em postos de direção e a melhoria da seleção e rodízio de dirigentes. (POMAR 2003: 108)

A abertura à intelectualidade levou a um “Novo Quatro de Maio” em abril de 1989, quando os estudantes e acadêmicos, insatisfeitos com as rendas que recebiam do Estado, que não cresciam com a inflação, foram à Praça Tian'anmen pedindo por “ciência e democracia”, lembrando o Movimento Quatro de Maio, ocorrido em 1919. Milhares de trabalhadores e estudantes se reuniram diversas vezes na praça e, embora em junho de 1989 o número já fosse bastante reduzido, o Partido enviou tanques e veículos blindados para acabar com o movimento pró-democracia. Houve muitas mortes, mas o número nunca foi divulgado. Pessoas associadas ao movimento foram detidas ou exiladas para o Ocidente (MITTER 2011).

Ainda assim, a China manteve o desenvolvimento científico no centro da busca de crescimento, enviando milhares de alunos ao exterior para estudar ciência e tecnologia. Segundo Pomar,

[...] no início dos anos 80, o sistema educacional chinês compreendia a educação infantil, primária e secundária; a primária tendo a duração de seis anos e a secundária compreendendo dois ciclos de três anos cada. A educação primária e secundária de primeiro ciclo, num total de nove anos, era obrigatória para todas as crianças em idade escolar. Os jovens que completavam os três anos do segundo ciclo secundário, perfazendo um total de doze anos de estudo, podiam candidatar-se a um curso num dos centros de ensino

superior e universidades do país. (POMAR 2003: 129-130)

No contexto do processo de Reforma e Abertura, iniciou-se uma reforma educacional direcionada, primeiramente, a liquidar o analfabetismo, garantindo vaga para todas as crianças no ensino obrigatório de nove anos e para todos os adultos analfabetos, e também ampliando a oferta de vagas na educação secundária e superior. Em segundo lugar, a reforma educacional também pretendia formar professores em um sistema educacional mais aberto

voltado para ensinar os alunos a raciocinar criticamente e a resolver os problemas de ordem prática colocados pela vida econômica e social. A estruturação desse sistema tornou-se ponto nodal no processo da reforma educacional. (POMAR 2003: 130)

Outra característica da reforma que afetou intensamente o sistema de bem-estar social da China foi o fim do sistema chamado “tigela de ferro de arroz” que teve impactos importantes no campo educacional, tal como discutiremos na seção seguinte.

## A DESTRUIÇÃO DO DANWEI (单位) E DA “TIGELA DE FERRO DE ARROZ” E SEU IMPACTO SOBRE A EDUCAÇÃO

Segundo Amaral (2010: 31), após 1949, “o governo [chinês] nacionalizou praticamente toda a economia industrial, assumindo as empresas estatais já existentes no governo anterior, suas subsidiárias e até mesmo as empresas privadas da época”. Com as primeiras mudanças econômicas que ocorreram após 1978, viu-se que o papel das empresas estatais na produção diminuiu progressivamente, assim como sua produtividade e número de funcionários. De acordo com Pires (2013),

[...] as empresas industriais estatais estavam entre os setores mais impactados pelas reformas econômicas. Na medida em que avançava a economia de mercado, a estrutura de custos dessas empresas se mostrava onerosa frente à concorrência imposta pelas empresas privadas e multinacionais [...]. Grande parte deste custo estava associada à rede de assistência social que essas empresas tinham que arcar na proteção de seus trabalhadores e de suas famílias. No jargão chinês, o sistema era denominado de “tigela de ferro de arroz”. (PIRES 2013: 70)

O sistema de assistência social conhecido como “tigela de ferro de arroz” (铁饭碗) determinava que

cada unidade de trabalho urbana, chamada danwei [单位], deveria prover aos seus trabalhadores as condições sociais para o seu desenvolvimento, como moradias, assistência médica, educação, lazer e aposentadoria. Os trabalhadores de cada unidade tinham estabilidade no emprego e suas vidas estavam diretamente ligadas ao destino da empresa. (PIRES 2013: 70)

A residência nos centros urbanos permitia o acesso a um título que garantia aos cidadãos a participação em uma *danwei*, e conseqüentemente, um em-

prego. Também era assegurada a educação primária e secundária dos filhos desses trabalhadores nas escolas financiadas pelas *danwei*, que utilizavam subsídios do governo e parte do lucro para financiá-las, contribuindo com o baixo rendimento das unidades produtivas (NAUGHTON 2006).

Segundo Amaral (2010), a reestruturação das empresas estatais chinesas (*State-owned Enterprises – SOEs*) tinha como objetivos resolver problemas de produtividade, guiar o funcionamento empresarial para o mercado e também reestruturar as relações de propriedade. O processo foi ocorrendo gradativamente a partir de 1984.

Com o lema de “reter as grandes e soltar as pequenas”, em 1997 o governo tinha como intenção privatizar as pequenas e médias empresas e manter o controle sobre grandes estatais, concentrando os esforços e investimentos naquelas que beneficiavam os setores estratégicos do país, como a indústria militar, o setor energético, as telecomunicações e o transporte (AMARAL 2010: 35-36).

O aumento da lucratividade das SOEs após a reestruturação, segundo Pires (2013: 72), “decorreu da liquidação do sistema de ‘tigela de ferro de arroz’ e o fim das *danwei*”. Nesse processo, os trabalhadores urbanos sofreram sacrifícios, já que os sistemas de previdência social e bem-estar social que as unidades de trabalho proporcionavam estavam sendo desmontados pelo governo. Os custos de serviços como saúde, educação e moradia foram transferidos para o mercado, deixando as SOEs livres para obter lucros e aumentar seu capital (PIRES 2013).

Essa reestruturação financeira ocorreu por todos os setores, inclusive na educação, onde ocorreu a diversificação e descentralização do financiamento, onde diferentes níveis de governo (central, provincial, distrital, etc.) assumiram a responsabilidade de financiar e administrar diferentes níveis de educação, e buscar também a diversificação das fontes de financiamento educacional, como a cobrança de taxas nas instituições de ensino, campanhas sociais, entre outras. Diante desse fato, o governo apenas assumiu o custo da educação básica, deixando sob a responsabilidade das famílias os custos para a formação de seus filhos, após o período obrigatório. Vale lembrar que a cobrança de mensalidades e taxas passaram a recair inclusive sobre as instituições públicas de ensino. Mesmo a grande leva de estudantes chineses que foram buscar formação superior no exterior tinha que fazê-lo por meio da poupança familiar.

É importante notar que muito do sucesso econômico alcançado pela China após a instituição do processo de “Reforma e Abertura” decorreram de um forte incentivo estatal para a criação de parques científicos e tecnológicos, mas também dos esforços das famílias, cuja cultura privilegia a educação como uma forma de ascensão social, como eram os antigos concursos realizados durante o período imperial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo levantamento histórico desta pesquisa, é possível compreender como características de políticas internas podem ser relevantes em um importante componente social como a educação. Da mesma forma, mudanças de paradigma afetam a população ideologicamente para agir a favor do Estado em detrimento de muitos aspectos da cultura do próprio país. As reformas feitas também podem ter divergências ideológicas e desestabilizar o planejamento estatal, bem como a sua população, causando rupturas difíceis de serem reestabilizadas. Mas mesmo em períodos turbulentos, como as décadas de república em regime nacionalista,

o sistema educacional pôde progredir com uniformidade graças à centralização do governo nacional, que foi importante para o andamento do desenvolvimento da educação ao longo do período governado pelo Partido Comunista Chinês.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Gabriela Cristina Granço do. **A diplomacia de “Ascensão Pacífica” como estratégica de política externa da China**: As relações com o Vietnã e as disputas sobre as ilhas. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) 2013. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, UNESP, UNICAMP e PUC/SP. São Paulo, 2013.
- HAN, J.; SUEN, W.; ZHANG, J.. **Picking up the losses**: The impact of the Cultural Revolution on human capital reinvestment in urban China. Hong Kong: University of Hong Kong and Chinese University of Hong Kong, 2009.
- HU, Chang -Tu. **Chinese Education under Communism**. New York: Columbia University, 1962. 157 p.
- MAO JUNIOR, José Rodrigues; SECCO, Lincoln Ferreira. **A revolução chinesa**: até onde vai a força do Dragão? São Paulo: Scipione, 1998. 99 p.
- MENG, Xin.; GREGORY, R. G. The impact of interrupted education on subsequent educational attainment: A cost of the Chinese Cultural Revolution. **Economic Development and Cultural Change**, 2002. Vol. 50 No. 4. p.935-959.
- MENG, Xin; ZHAO, Guochang. **The intergenerational effect of the chinese Cultural Revolution on Education**. [s.l.]: The Australian National University, 2013.
- MITTER, Rana. **China moderna**. Tradução Rosaura Eichenberg. Porto Alegre: L&PM, 2011. 176 p.
- NAUGHTON, Barry. **The chinese economy**: transitions and growth. London: Massachusetts Institute of Technology Press, 2007. 528 p.
- PIRES, Marcos Cordeiro. **A ascensão da China: a estratégia chinesa de desenvolvimento e seu impacto na ordem mundial**. Tese (Livre-docência). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, UNESP. Marília, 2013.
- POMAR, Wladimir. **A revolução chinesa**. São Paulo: Editora UNESP, 2003. 179 p. Coleção Revoluções do século XX.
- PRICE, Ronald Francis. **Education in Communist China**. London: Routledge & Kegan Paul, 1975. 318 p.
- PRIESTLEY, Kenneth Ewart. Education Administration in Communist China. In: FRASER, Stewart E (Org). **Education and Communism in China**: an anthology of commentary and documents. London: Pall Mall Press, 1971. p. 105-126
- SPENCE, Jonathan. **The Search for Modern China**. New York; London: W. W. Norton & Company, 2001. 2nd Ed.
- TSANG, Chiu-Sam. **Society, Schools and Progress in China**. London: Pergamon Press Ltd., 1968.
- TSANG, Mun C. Education and national development in China since 1949: oscillating policies and enduring dilemmas. In: **China Review**, 2000. 26 p.
- WHEELWRIGHT, E. L.; MCFARLANE, Bruce. **Desarrollo y revolucion cultural en China**. D.F. México: Editorial Nuestro Tiempo, 1972. 263 p.

**INGRID TORQUATO OLIVEIRA** Bacharela em Relações Internacionais pela UNESP Marília, Mestra em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da USP e graduanda em Letras pela FFLCH/USP – *ingridtorquato@usp.br*

**WESLEY DA SILVA** Bacharel em Relações Internacionais pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), mestrando em Letras Estrangeiras e Tradução pela FFLCH-USP e graduando em Letras pela FFLCH-USP – *wesleysilva@usp.br*